

Militâncias e eleitorado em Campos dos Goytacazes: entre clãs, tribos e republicanismo

Partisanship and electorate in Campos dos Goytacazes: among clans, tribes and republican practices

Marcus Cardoso da Silva*

Nesta análise ambiciona-se compreender as principais militâncias e estratos do eleitorado de Campos dos Goytacazes. Por meio de uma reconstrução da história recente da ação militante e participação eleitoral na cidade aliada a uma análise que parte do conceito de clã de Oliveira Vianna. Apesar do aparato político institucional brasileiro moderno, muitas práticas sociais atrasadas continuam a vigorar a pleno vapor. Não obstante, nenhum país do mundo ocidental teve, em seus eleitores, práticas republicanas – no sentido weberiano – desde o início de sua atuação. Tal diacronismo remete à interpretação do Brasil de Werneck Vianna, em especial ao conceito de revolução passiva.

This analysis aims to understand the main strata of voters in Campos dos Goytacazes by means of a review of the recent history of electoral participation and partisanship in the city along with an analysis based on the concept of clan by Oliveira Vianna. Despite the modern Brazilian institutional political apparatus, many social practices still prevail. Nevertheless, no other country in the Western world has had, in its electoral process, republican practices - in the Weberian sense - since the beginning of voters' participation. This diachronism refers to the interpretation of Brazil by Werneck Vianna, particularly, the adaptation of the concept of passive revolution.

Palavras-chave: Militâncias. Clãs eleitorais. Revolução passiva.

Key words: Partisanship. Electoral clans. Passive revolution.

Contextualização

Campos dos Goytacazes vive, ou viveu recentemente, um período de crise política desencadeada pela intervenção judicial na eleição majoritária de 2004, a subsequente eleição suplementar de 2006, as sucessivas trocas de prefeitos – foram cinco prefeitos nomeados no período 2004-08.

A vida política do município de Campos dos Goytacazes, entre 2004 e 2008, foi marcada por intervenções judiciais. O pleito municipal realizado em outubro de 2004 elegeu, em 2º turno, os candidatos Carlos Alberto Campista e Toninho Viana, prefeito e vice-prefeito de Campos dos Goytacazes, respectivamente. Antes que os dois assumissem os cargos, dias após as eleições em 22 de outubro, por decisão do desembargador Roberto

* Sociólogo. Mestrando em Sociologia Política na Universidade Estadual do Norte Fluminense

Cortes, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, o então prefeito Arnaldo Vianna foi afastado do executivo municipal, que passou a ser ocupado pelo vice-prefeito, Geraldo Pudim, de quem se tornara adversário, sendo o principal adversário nas eleições de 2004. Porém, pela liminar do presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, foi reconduzido ao cargo em menos de 24 horas.

Em maio de 2005, com cinco meses de mandato, o prefeito Carlos Alberto Campista (PDT) e seu vice, Toninho Viana, foram cassados pela Justiça Eleitoral e as eleições, anuladas, sob a acusação de captação de sufrágio (compra de votos). Segundo sentença da juíza Denise Apolinário, da 76ª Zona Eleitoral (Campos), quando era candidato, Campista foi beneficiado pelo uso da máquina do município para conquistar votos irregularmente.

Na mesma sentença, o candidato do PMDB, Geraldo Pudim, a então governadora Rosinha Garotinho e seu ex-marido, o ex-governador do Rio de Janeiro, Anthony William Matheus de Oliveira – conhecido como Anthony Garotinho –, foram julgados inelegíveis por três anos. A acusação foi de uso da máquina do estado para eleger o candidato do partido.

Mas a sentença desfavorável aos três políticos acabou sendo revista pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Com a cassação de Carlos Alberto Campista, Alexandre Mocaiber, que na época era o presidente da Câmara de Vereadores, assumiu interinamente a Prefeitura até as novas eleições, ocorridas em 2006. Mocaiber concorreu com Pudim e venceu.

No começo de março de 2008, Alexandre Mocaiber foi afastado do cargo por 180 dias atendendo a um pedido do Ministério Público Federal em Campos dos Goytacazes por suposto envolvimento devido a irregularidades em licitações públicas da Prefeitura. A Polícia Federal prendeu no Rio e em Campos dos Goytacazes, 14 acusados de participar do esquema de fraude para contratação de funcionários terceirizados para obras emergenciais no município do Norte Fluminense. O vice-prefeito, Roberto Henriques (PMDB) assumiu a Prefeitura.

Nas eleições de 2008, os dois candidatos Arnaldo Vianna (PDT) e Rosinha Garotinho (PMDB) polarizaram a disputa. O candidato do PDT participou de todo o processo eleitoral – no qual saiu derrotado – com o registro de sua candidatura entre recursos e cassações. Logo após o pleito, o registro foi cassado e mais de cem mil votos foram considerados nulos. Abaixo, segue tabela para organizar os períodos de governo de cada prefeito no cenário contemplado, destacando as intervenções judiciais com impacto direto no poder executivo local.

Quadro 1: Intervenções judiciais e período de governos dos prefeitos em Campos dos Goytacazes entre 2004 e 2008.

Intervenção 1	Eleições 2004	Intervenção 2	Eleições Suplementares 2006 03/2006	Intervenção 3	Fim do período de afastamento	Intervenção 4
10/2004		05/2005		03/2008		11/2008
Arnaldo cassado. Pudim assume (menos de 24 horas)	Campista vence e 5 meses depois é cassado	Cassado Campista, entra Mocaiber (Interino) 11 meses	Mocaiber vence e é empossado em 04/2006 (23 meses)	Afastado Mocaiber, entra Roberto Henriques (180 dias)	Mocaiber retoma (5 meses)	Cassado registro de candidatura de Arnaldo Vianna

Tal contexto conturbado deve-se a uma disputa polarizada entre dois grupos de mesma origem e práticas, ainda que a disputa partidária ficasse entre o PMDB e PDT. De fato, ocorreu uma acirrada concorrência entre o ex-governador e ex-prefeito Anthony Garotinho e o ex-prefeito Arnaldo Vianna. Este último venceu a eleição de 2000 com o apoio do primeiro. Contudo, rompeu a aliança durante o seu mandato, formando o seu próprio grupo de dissidentes.

Importa salientar que, por aquela época, Campos dos Goytacazes já apresentava um surpreendente surto em suas receitas em decorrência da entrada progressiva de volumosas quantias de *royalties* pagos pela extração do petróleo de seu litoral (ANEXO II), chegando a ser a quinta colocada entre os municípios brasileiros em contribuição para o montante do PIB nacional. Ou seja, um imenso poderio econômico nas mãos do poder municipal.

No outro polo da disputa, Anthony Garotinho seguia com alto poder político, principalmente na esfera estadual. Havia sido governador e sua esposa, Rosinha Garotinho, venceu as eleições, no primeiro turno, e o sucedeu em 2002.

Os ingredientes para uma disputa eleitoral ostensiva estão no caldeirão. Uma eleição polarizada, dois grupos políticos com as mesmas práticas – muitas delas pouco republicanas – e com poderio econômico elevado.

Militâncias, entre clãs e tribos

Inicialmente, o trabalho focalizaria somente as principais militâncias partidárias. Entretanto, ao me deparar com os resultados das eleições recentes terminei por me convencer de que tal análise seria por demais restrita, caso não estivesse entrelaçada aos resultados eleitorais, em especial ao fato de existirem, em alguns pleitos, altos percentuais de votos nulos. Explicarei a associação no decorrer da argumentação.

Não obstante, o primeiro passo é uma retrospectiva recente da atuação das principais militâncias no município – PDT ligado a Arnaldo Vianna e PMDB ligado a Anthony Garotinho. No decorrer da breve pesquisa feita nos jornais podemos encontrar indícios de uma ligação entre as práticas dos militantes e a análise de Oliveira Vianna. Quando assim os defino – indícios – o faço por entender e apoiar-me no argumento habermasiano (HABERMAS, 1997) e considerar que a mídia nacional sofre baixo, ou quase nenhum, controle da sociedade civil.

Como exemplos das disputas e práticas das milícias, algumas manchetes seguidas de trechos das matérias merecem destaque, por isso os trago ao artigo na conforme publicado:

1. *‘Disputa entre PDT e PMDB vira batalha de rua’*, em que eram relatados dois conflitos entre os militantes. *‘Militantes de Campista e Pudim se enfrentam em 2 locais e deixam saldo de pelo menos 1 ferido; Exército atuará Militantes dos candidatos a prefeito de Campos (RJ), Geraldo Pudim (PMDB) e Carlos Alberto Campista (PDT), se enfrentaram ontem em ao menos dois pontos da cidade. Houve troca de socos, pontapés, pauladas e pedradas, o que deixou pelo menos um ferido. A violência entre as militâncias e o uso ostensivo das máquinas do governo estadual e da prefeitura em favor dos candidatos levaram o Tribunal Superior Eleitoral a determinar o envio de tropas do Exército a Campos no dia da eleição.’* (SIC)

2. *‘Campos em clima de guerra’*, que dizia *‘o clima foi tenso durante todo o dia de ontem. Nas imediações da ponte Marcelo Martins - sobre o Rio Paraíba do Sul, militantes dos dois candidatos protagonizaram o primeiro confronto. A militante do PDT, Andréa Cristina Leandro, 30 anos, foi agredida a pauladas pela militante do PMDB, Claudia Márcia Pereira, 35 anos, no parque Santa Rosa, periferia da cidade. Na 146ª DP, Andréa afirmou que foi agredida porque passeava com uma camisa do candidato do PDT, Carlos Campista. Cláudia Márcia alegou que a briga foi doméstica. Militantes do PMDB e do PDT também trocaram insultos no bairro Jardim Carioca. Cerca de 100 partidários de Geraldo Pudim, candidato do ex-governador Anthony Garotinho, usavam um trio-elétrico com o qual provocavam o prefeito Arnaldo Viana. Existe a expectativa de mais confrontos hoje.’* (SIC)

a. *‘Campos: eleição em clima de guerra’* *‘Troca de acusações e incerteza sobre resultado aumenta tensão na cidade. Militante de Rosinha é executada a tiros’* (SIC) que trata do assassinato de uma mulher enquanto fazia campanha política segurando uma bandeira.

3. *‘Clima eleitoral esteve tenso ontem à noite em Santa Maria’* moradores das localidades onde ocorriam as manifestações políticas postavam relatos num blog conhecido na cidade *‘Está terminando agora a movimentação aqui na praça central de Santa Maria, com muitas provocações de ambas as partes. Quem intermediou a situação foi Toninho Vianna conhecido de muitos ex-militantes do 15, ele foi cumprimentar e pedir para que não houvesse qualquer tipo de provocação maior. Para finalizar uma carreata do*

12 passando no meio do pessoal do 15 e vice e versa.’ Outro leitor comenta: ‘Neste exato momento na praça central aqui de Santa Maria, está passando em um telão um depoimento de Arnaldo Vianna, se encontram presentes muitos militantes e curiosos com a mensagem, e do outro lado da praça já se aglomera vários militantes do 15, o clima se encontra tenso sendo que os militantes do 15 soltam foguetes e cantam perto de onde se encontra o telão, nesta hora todo cuidado é pouco’. (SIC)

A recorrência de notícias como essas e a leitura dos escritos de Oliveira Vianna me motivaram a escrever este trabalho. O esforço, então, passa a ser o de compreender como tais práticas, características dos ‘clãs eleitorais’ descritos por Vianna, em 1949, ainda podem ocorrer, mesmo depois de vinte anos, após a Constituição de 1988.

Decerto que a realidade com que o autor no meado do século XX se depara é outra. Logo, qualquer associação que não leve isso em conta, é precipitada. No entanto, quando o autor, ao analisar os comícios eleitorais no império, diz *‘a violência, realmente, passou a ser um traço característico destes comícios eleitorais’*(VIANNA, 1974, p.261), e nas páginas seguintes *‘o nosso povo não estava absolutamente preparado – pela sua condição estrutural e pela sua formação cultural – para este regime (democrático)’* (Idem, p. 266) sinto dois calafrios. Como democrata, repudio a possibilidade de ressurreição de tal argumentação que possa desembocar num freio à participação popular. Como cientista político, enxergo uma conexão merecedora de um olhar mais pormenorizado a fim de entender como os relatos de Vianna e as notícias relatadas podem ser tão similares.

Reitero, antes de analisar o conceito de clãs eleitorais, que somente este me interessa aqui. Não me aprofundarei numa discussão geral sobre o autor. Tratarei do conceito, e da seguinte forma: primeiro, buscarei a compreensão do contexto no qual o conceito foi criado, ou seja, que realidade foi estudada na sua criação; segundo, a confirmação da possibilidade de trazê-lo à contemporaneidade sem, é claro, desconfigurá-lo; terceiro, a utilização do conceito no entendimento da questão proposta.

Oliveira Vianna entende que o povo brasileiro que ingressa no período republicano é incapaz de uma solidariedade coletiva, devido ao passado rural. *“Estruturas de solidariedade social e os complexos culturais correspondentes [pudessem] ter ambiente para se formar, e se desenvolver, e se cristalizar em usos, costumes e tradições”* (idem, p.124), enfim, *“no ponto de vista culturalístico, o nosso povo é, por isso, sob o aspecto de solidariedade social, absolutamente negativo”* (idem, p.125). Diz que a formação do povo brasileiro *“se processou dentro do mais extremado individualismo familiar”* (1974, p.127), sendo o brasileiro *“fundamentalmente individualista, mais mesmo, muito mais do que os outros povos latino-americanos. [...] No Brasil, só o indivíduo vale e, o que é pior, vale sem precisar da sociedade – da comunidade”* (idem, p.126).

Na análise histórica do autor, o mundo rural brasileiro teria produzido dois tipos de solidariedade: o clã feudal (ou rural) e o parental, expressões do caráter particularista do homem nacional. Com a República, sobre este chão rural de particularismo e personalismo, pretendeu-se implantar o sufrágio universal. O resultado disto, segundo

Oliveira Vianna, foi a formação dos clãs eleitorais, “*organizações constituídas para fins exclusivamente eleitorais [...] verdadeiras células originárias do nosso direito público costumeiro*” (OLIVEIRA VIANNA, 1974, p.182).

Estes clãs eleitorais seriam nada mais que a expressão pública de interesses privados, a transformação dos clãs feudal e parental em uma única organização representante do “*O princípio ou força de agregação era a autoridade do senhor de engenho – o que equivale dizer que o clã eleitoral não tinha nenhuma origem democrática, não provinha da vontade do povo; derivava, sim, da propriedade da terra*” (*idem*, p.255).

Agora que alguns elementos do conceito estão demonstrados, ainda que de maneira muito breve, vamos a algumas considerações necessárias para utilização do conceito nos dias atuais. Primeiro, quando o autor trata os complexos feudais está olhando para uma sociedade com complexos fechados, auto-suficientes, ou seja, em que o proprietário das terras tinha controle político, econômico das ações em um determinado território. É de fácil constatação que essa configuração não sobreviveu há mais de um século de republicanismo. Em grau muito menor de dominação que o descrito pelo autor podemos falar sobre alguns recantos de domínio privatista, sobretudo nos interiores das regiões mais pobres como o nordeste e norte do país. Contudo, é muito mais exceção do que regra.

Acerca do argumento de Vianna, explicitado um pouco acima, de que as instituições transplantadas vigoraram sobre um solo em que as tradições familiares eram muito fortes e produtoras de um individualismo que fez com que o povo-massa fosse incapaz de produzir uma solidariedade coletiva. Argumento, que os apadrinhamentos e relações deste tipo são escassos, ou pelo menos, não têm a força descrita por Vianna atualmente.

Logo, utilizar o conceito de clã eleitoral poderia se tornar inviável, impraticável. Todavia, no início do capítulo que trata dos clãs, na obra, o autor diz “*o que me interessa do domínio é apenas o que concerne às relações da sua população com o senhor ou proprietário para dois fins determinados – ou a defesa do domínio ou prestígio do proprietário*” (*idem*, p.185). Utilizando-se do mesmo ponto de observação de Oliveira Vianna e sob esse aspecto o jogo vira e o conceito, ou melhor, a construção do raciocínio passa novamente a contribuir. Entretanto, para essa difícil – e arriscada – empreitada não utilizarei o conceito de clã eleitoral, mas uma variação. *A tribo eleitoral*.

A utilização do conceito de *tribo* certamente é uma escolha complexa ou, no mínimo bastante discutida. Por isso, quero deixar claro que meu objetivo é a análise do objeto e não a criação e delineamento de um conceito complexo. Ainda que, evidentemente, eu precise trabalhar a questão. Utilizo o conceito de tribo diferente da forma como é utilizado o *clã* por Oliveira Vianna – que o encontrava na realidade brasileira – faço-o como estratégia de apreensão da realidade observada, ou seja, de forma abstrata e conceitual.

No dicionário Aurélio a definição antropológica de tribo é:

Grupo social (ou, nos esquemas neoevolucionistas, estágio intermediário entre o bando e o cacicado). Caracterizado por relativa coesão territorial e homogeneidade lingüística e cultural, com pequeno desenvolvimento da autoridade central e da organização política, e que pode incluir (ger. Segundo critérios genealógicos) famílias, bandos, subgrupos ou comunidades em estreita interação econômica, religiosa e social...

Morton Fried (FRIED, 1972) no livro *The Notion of the Tribe*, ao analisar diferentes tribos com línguas diferentes, rituais diferentes, ou que partilhavam línguas e rituais com membros de outras tribos, mostrou também casos de tribos em que as pessoas seguiam diferentes líderes políticos, ou seguiam os mesmos líderes membros de outras tribos. Concluiu que uma tribo é geralmente caracterizada por fronteiras fluídas e heterogêneas, não paroquiais, mas dinâmicas.

O conceito é similar ao clã na concepção de que o pano de fundo cultural é particularista, individualista e existe uma falta de solidariedade que ainda encontra respaldo, ou reflete a realidade observada. Decerto, que esta deva ser observada e compreendida entrelaçada ao seu contexto. Todavia, em minha observação a principal razão para a similitude das ações dos *clãs eleitorais* e as militâncias campistas observadas está conectada a uma permanência do caráter individualista e particularista nas ações. O poder ainda se constitui passando por esse aspecto social.

As bases econômicas são diferentes. Em Oliveira Vianna, conforme já demonstrado, deriva da propriedade da terra. Atualmente, em Campos dos Goytacazes o poder econômico que fornece o poder político é fruto das altas arrecadações de *royalties*. O município recebe uma alta quantia de recursos advindos da exploração do petróleo e não há uma atividade industrial comparável ao montante do recurso. (ANEXO II)

Meu objetivo ao engendrar essa discussão é demonstrar que nessa moldura o poder municipal amplia sua força econômica. Os principais atores/lideranças políticas ao se tornarem possíveis administradores de tamanha quantia atraem indivíduos interessados em possíveis ganhos individuais – de mais fácil aquisição nesse contexto – pois a capacidade de ação do poder municipal para atender essas demandas é muito maior.

Em resumo, temos uma cultura particularista, individualista – num mundo liberal que tende a ampliar tais características, como afirma Tocqueville (TOCQUEVILLE, 2004) – num ambiente em que não se possui uma força industrial minimamente capaz de se contrapor, a qualquer medida, a um poder público extremamente forte economicamente. A consequência prática são essas alianças fracas, pois não existe uma ideologia ou algo que cumpra o papel de manter certa ligação entre os agrupamentos militantes, com grande interesse em ganhos instrumentais imediatos. Tal fato, dentre outros fatores, dificulta que, destes grupos, insurjam propositivas coletivas.

Não obstante, certamente existem militantes que possuem uma ideologia, ou identificação que ultrapassa os ganhos instrumentais. Tal configuração não está descartada. No entanto, o artigo se propõe a discutir a população não numa perspectiva individual, mas em média. Assim, é possível compreender através do raciocínio de Oliveira Vianna – não somente pelo conceito – o agir violento orientado pelos objetivos “*da defesa do domínio ou prestígio do proprietário*” (*Idem*, p.185). Com algumas ressalvas como a de que este proprietário de que se fala não é mais o proprietário da terra, e sim, o proprietário do poder político.

A revolução passiva do eleitorado campista?

Não obstante a análise feita no tópico anterior faz-se necessário lançar o olhar para a participação popular, não somente para as militâncias. Para tal, analisarei sua ação mais exposta – a participação eleitoral – e não me deterei em alguns aspectos também fundamentais, que podem ser discutidos em outra oportunidade.

Pretende-se vislumbrar que há um aprendizado eleitoral nesses vinte e um anos passados de práticas democráticas no país, corroborando o argumento de José Murilo de Carvalho (CARVALHO, 2002) de que em nenhum país, mesmo os considerados republicanos e democráticos, os eleitores iniciaram sua participação de forma diferente das descritas por Oliveira Vianna, Joaquim Nabuco e tantos outros autores.

Desta forma, sugere-se um movimento de mudança que – conforme argumentação anterior – é capaz de conservar militâncias próximas das descritas por Oliveira Vianna. Logo, o binômio conservação-mudança utilizado por Werneck Vianna ao trabalhar o conceito gramsciano de Revolução Passiva aparece aqui. “*No binômio conservação-mudança, o termo mudança passa a comportar conseqüências que escapam inteiramente à previsão do ator, gerando expectativas de que a via do transformismo poderia ser concebida com a melhor passagem para a democratização do país*” (WERNECK, 1996, p.7).

A interpretação werneckiana encontra ressonância ao deparar-se com formas tão antagônicas de participação. A *Revolução Passiva* acontece no município – conceito criado por Gramsci adaptado à realidade brasileira por Werneck Vianna – “*que chega à modernização em compromisso com o seu passado, pode ser caracterizado como o lugar de excelência da revolução passiva*” (WERNECK, 1997, p.43).

Tal interpretação — cujo eixo se encontra na caracterização do compromisso que se estabeleceu, a partir da Independência, entre a ordem racional-legal e a patrimonial, entre o liberalismo da forma do político e as estruturas econômicas herdadas da Colônia, entre o atraso e o moderno, compreendido o primeiro como racional ao capitalismo, entre a representação e a cooptação —, o problema da ruptura não deveria estar referido ao Estado, mas sim às relações sociais de padrão patrimonial, fazendo com que toda a

conduta dos personagens [venha] entrelaçada com a concessão de mercês, expondo a vigência do princípio de dominação pessoal, base pouco propícia para a orientação racional da ação. Sob esse ângulo, a ruptura põe-se no registro da longa duração, sendo o resultado de transformações moleculares nas relações tradicionais, historicamente responsáveis pela contenção da afirmação da sociedade de classes entre nós, caracterizando a revolução burguesa no país como dominada pelo andamento passivo e, como tal, mais bem representada conceitualmente pelo tema da transição — no caso, o da transição da ordem senhorial escravocrata para a ordem social competitiva. (WERNECK, 1997, p.44).

Interpreta-se parte da participação eleitoral campista como uma ruptura molecular. Entretanto, para que minhas observações sobre os resultados dos pleitos sejam compreendidas é necessário que o leitor esteja, contextualmente, bem situado. O apontamento otimista se sustenta no fato de que nas eleições de 2004, 2006 e 2008 ocorreram grandes quantidades de votos nulos, brancos e abstenções¹. Este fato, só pode ser considerado desta forma ao se levar em conta que, mesmo com candidatos diferentes, a disputa sempre ocorreu entre os líderes Arnaldo Vianna e Anthony Garotinho². Aliada a essa observação retome-se o fato de que os dois eram aliados políticos, e que, o distanciamento ocorreu politicamente, mas não nas práticas que, ao contrário, se aproximavam e ganhavam volume. Não é o objetivo avaliar as práticas em questão, só ressaltar que os votos ‘desperdiçados’ podem ser um identificador do repúdio a estas práticas. Ou o repúdio pode ser parte integrante da decisão desses votantes.

“A condição, porém, para a continuidade e aprofundamento desse movimento molecular está “critério de interpretação” entender que a garantia do avanço da democratização social está na ampliação da democracia política, e não em uma política de “apóstolos iluminados”. (WERNECK, 1997, p.42).

Referências

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VIANNA, Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. Brasília: Senado Federal, 1999.

WERNECK VIANNA, Luiz. *A revolução passiva. Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

¹ Respectivamente, 62.434/76.053/73.246. Para compreender melhor, os candidatos eleitos nos referidos pleitos tiveram em média pouco mais de 132.000 votos e os derrotados uma média em torno de 108.000 votos. A diferença média entre o primeiro e segundo colocado foi de 24.000 votos, ou seja, menos da metade das abstenções, nulidades e em branco. Para resultado detalhado, ver ANEXO I, III e IV

² Tal configuração evidencia-se nos noticiários jornalísticos em que Arnaldo Vianna e Anthony Garotinho são, invariavelmente, citados antes e com maior relevância do que os candidatos apoiados.

_____. Caminhos e descaminhos da Revolução Passiva à brasileira. *Dados*, Rio de Janeiro, v.39, n.3, 1996.

_____. Weber e a interpretação do Brasil. In: SOUZA, Jessé (Org.). *O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*. Brasília: Ed. da UnB, [2000?].

HABERMAS, Jürgen. O papel da sociedade civil e da esfera pública política. In:____. *Direito e Democracia entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999. v.2.

PANTOJA, Silvia. *Crônica de uma vitória anunciada: considerações sobre o processo político eleitoral de 2004 e as eleições suplementares de 2006*, em Campos dos Goytacazes. Edição n.30, 2006. Disponível em <www.achegas.net>.

_____. *A tempestade não passava de uma forte chuva de verão*. Edição n.38, 2007. Disponível em: <www.achegas.net>.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Anexos

ANEXO I – RESULTADO DAS ELEIÇÕES EM CAMPOS DOS GOYT ACAZES EM 2004			
Primeiro Turno 03.10.2004		Segundo Turno 31.10.2004	
CANDIDATOS	VOTOS	CANDIDATOS	VOTOS
Geraldo Pudim	82.345	Carlos Alberto Campista	131.363
Carlos Alberto Campista	62.210	Geraldo Pudim	109.309
Paulo Feijó	61.319	BRANCOS, NULOS E ABSTENÇÕES	
Makhowl Moussallém	33.628	Abstenção	50.754
		Branco	2.721
		Nulo	8.959
		Total	62.434
Fonte: Tribunal Regional Eleitoral /Pantoja			

ANEXO II: ALTERAÇÕES NA ARRECADAÇÃO DA PREFEITURA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES(RJ) NO PERÍODO 1999/2005							
ANO	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
RECEITA (Milhões)	96	263	369	523	727	759	802
VARIAÇÃO (%)		173,96	40,30	41,73	39,01	4,40	5,67
Fonte: CIDE/Pantoja							

ANEXO III – RESULTADO DAS ELEIÇÕES EM CAMPOS DOS GOYTACAZES DE MARÇO DE 2006				
Primeiro Turno 12.03.2006		Segundo Turno 26.03.2006		
CANDIDATOS	VOTOS	CANDIDATOS	ALIANÇAS	VOTOS
Alexandre Mocaiber	93.628	Alexandre Mocaiber	PSDB, PFL e PV	129.096
Geraldo Pudim	99.002	Geraldo Pudim	Nenhuma confirmada	102.282
Rockfeller de Lima		BRANCOS, NULOS E ABSTENÇÕES		
Walter Silva Júnior		Abstenção		62.915
		Branco		3.965
		Nulo		9.173
		Total		76.053
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral /Pantoja				

ANEXO IV – RESULTADO DAS ELEIÇÕES CAMPOS DOS GOYTACAZES EM 2008				
Primeiro Turno			Segundo Turno	
CANDIDATOS	PARTIDO	VOTOS	CANDIDATOS	VOTOS
Rosinha Garotinho	PMDB	118.245	Rosinha Garotinho	135.955
Arnaldo Vianna	PDT	108.210	Arnaldo Viana	113.638
Professora Odete	PC do B	26.952	BRANCOS, NULOS E ABSTENÇÕES	
Paulo Feijó	PSDB	3.686	Abstenção	57.521
Marcelo Vivório	PTN	936	Branco	4.007
Graciete Santana	PCB		Nulo	11.718
			Total	73.246
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral				

Artigo recebido em: 01 abr. 2010

Aceito em: 29 jun. 2010